



COMPANHIA ADMINISTRADORA
DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÃO DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

CONTRATO Nº 06/2020 - ZPE CEARÁ
ORIUNDO DA LICITAÇÃO MA Nº 20190001/ZPE CEARÁ
PROCESSO VIPROC Nº 09234491/2019
PROCESSO SIC Nº 2697/2019

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA
DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO
DO CEARÁ - ZPE CEARÁ E A EMPRESA
ATHOS CONSTRUÇÕES LTDA, PARA OS
FINS NELE INDICADOS.**

A COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ - ZPE CEARÁ, situada na Rodovia CE 155, Km 11,5, Esplanada de Pecém, S/N, Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, CEP: 62.674-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.006.170/0001-25, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Mário Lima Júnior, e sua Diretora Operacional, Andréa Freitas Silva e Maia e a empresa **ATHOS CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na rua Francisco Nogueira da Silva, nº 545, bairro Boa Vista, Fortaleza-Ceará, inscrita no CNPJ sob nº 08.237.585/0001-70, CGF sob nº 06.199.099-0, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal José Railton Teixeira Costa, residente e domiciliado nesta cidade, **RESOLVEM** celebrar este Contrato mediante as Clausulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a Lei no 13.303/2016, a **LICITAÇÃO Nº 20190001 - ZPE CEARÁ**, e seus anexos, devidamente homologada pelo Sr. Diretor - Presidente da ZPE CEARÁ, a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Termo a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E INFRAESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DO SETOR II - SUL DA COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ - ZPE CEARÁ**, devidamente especificados no **ANEXO A - PROJETO BÁSICO** e quantificado no **ANEXO B - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS**, bem como o orçamento para a plena execução dos serviços, todos eles partes integrantes do Edital da Licitação Nº 20190001 - ZPE CEARÁ, em **Regime de Empreitada por Preço Unitário**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato e de **R\$ 11.100.000,00 (onze milhões e cem mil reais)**, a ser pago com recursos oriundos do orçamento próprio da ZPE CEARÁ.
3.2. No preço estabelecido nesta Clausula estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, impostos e demais despesas necessárias a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, após publicação do extrato do contrato em Diário Oficial.

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ - ZPE CEARÁ
Rodovia CE 155, S/N - Km 11,5, Esplanada do Pecém. São Gonçalo do Amarante. Ceará - Brasil. CEP 62.674-000
AGF MEIRELES | Caixa Postal 72.802 | Fortaleza/CE





4.2. O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contado a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

4.2.1. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados, por acordo entre as partes, nos termos da Lei no 13.303/2016.

4.2.2. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado as novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela FISCALIZAÇÃO da **CIPP S/A – ZPE CEARÁ**.

4.2.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a Coordenação de Engenharia e Projetos da **CIPP S/A – ZPE CEARÁ**, até **60 (sessenta) dias** antes da data do término de cada prazo acima mencionados.

4.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** e aceitos pela **CIPP S/A – ZPE CEARÁ**, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do **INCC - Índice Nacional da Construção Civil**, índice de serviços técnicos.

5.2. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

5.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual, se manterá fixo por 12 (doze) meses, e assim sucessivamente a cada 12 (doze) meses.

5.4. A data-base de referência da proposta de preços será a data de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir desta.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado conforme segue:

6.1.1. Apresentação pela CONTRATADA de um único Boletim de Medição mensal após a execução dos serviços, a FISCALIZAÇÃO da ZPE CEARÁ.

6.1.2. Após constatação da realização dos serviços, pela Fiscalização, os Boletins de Medições serão encaminhados para aprovação do Gestor do Contrato e em seguida remetido para pagamento.

6.1.3. Os boletins de medições serão realizados de acordo com os serviços executados mensalmente.

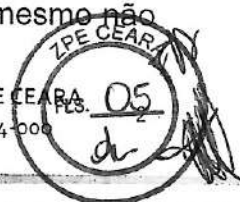
6.1.4. O pagamento dos serviços prestados será efetuado, mensalmente mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente prestados no mês, juntamente com a documentação disposta no subitem 6.2, no protocolo da ZPE CEARÁ até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato.

6.1.4.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela ZPE CEARÁ, os pagamentos serão efetuados, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, até 30 (trinta) dias após do recebimento e atesto na fatura, no protocolo da ZPE CEARÁ.

6.1.5. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida a contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.1.6. Não será efetuado qualquer pagamento a contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.7. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.





6.2. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados a apresentação dos seguintes comprovantes:

- a) Relação dos empregados utilizados nos serviços contratados assinada pela Fiscalização do Contrato.
- b) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento.
- c) Recolhimento do FGTS relativo aos empregados referidos acima.
- d) Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.
- e) Folha de pagamento relativa aos empregados utilizados nos serviços contratados.
- f) Cópia do comprovante de quitação das verbas rescisórias, válido perante o Ministério do Trabalho, referente as rescisões ocorridas no período a que se refere a execução do contrato.
- g) Documentação relativa a regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista, Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Certidão de Falência e Recuperação Judicial.

6.3. O pagamento de cada fatura dependerá da apresentação dos documentos e quitações acima referidos.

6.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.5. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

6.6. Fica assegurado a ZPE CEARÁ o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da contratada, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CIPP S/A – ZPE CEARÁ exercerá o acompanhamento da execução do objeto contratual por meio do Coordenador de Operações da ZPE CEARÁ, Francisco Lucas Guedes Martins e a Fiscalização por meio do Analista de Desenvolvimento Logístico da CIPP S/A, José Maria Arruda Filho, e do Engenheiro Civil da ZPE CEARÁ, Carlos Augusto Bandeira Vaz de Oliveira Filho, doravante denominados simplesmente de GESTOR e FISCAIS, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

7.1.2. Compete à FISCALIZAÇÃO:

- a) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus aditivos pelo (a) CONTRATADO (A).
- b) Solicitar o assessoramento técnico, caso necessário.
- c) Verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação da ZPE CEARÁ.
- d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento as especificações explícitas ou implícitas.
- e) Controlar a qualidade dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios.
- f) Assistir o (a) CONTRATADO (A) na escolha dos métodos executivos mais adequados.
- g) Exigir do (a) CONTRATADO (A) a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado.
- h) Rever, quando necessário, o projeto e as especificações técnicas, adaptando-as a retenções específicas.
- i) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações.
- j) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela ZPE CEARÁ, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos.





- l) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas.
- m) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato.
- n) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado.
- o) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas.
- p) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar as suas possibilidades de correção.
- q) Confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar a Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5 % (cinco) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal no 13.303/2016, vedada a prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

8.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (sessenta) dias do prazo contratual.

8.3. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1, acima.

8.4. A garantia prestada, de acordo com o estipulado nesta cláusula, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e após a emissão do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo dos serviços, e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente utilizando o índice da Caderneta de Poupança, conforme dispõe o § 4º, do art. 70, da Lei Federal no 13.303/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

9.1.1. Executar o serviço através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a ZPE CEARÁ solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente.

9.1.2. Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços.

9.1.3. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção do serviço, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.

9.1.4. Responder perante a ZPE CEARÁ, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas

preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes.

9.1.5. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO.





9.1.6. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e para fiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade da ZPE CEARA por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referencia as suas obrigações não se transfere a ZPE CEARA.

9.1.7. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

9.1.8. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados a União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação do serviço.

9.1.9. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

9.1.10. Manter durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.11. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias a proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei no 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98.

9.1.12. Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Publico e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados.

9.1.13. Comunicar, em tempo hábil, a ZPE CEARA, nos casos de ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada.

9.1.14. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, sendo certo que os empregados da CONTRATADA não terão vinculo empregatício com a CONTRATANTE.

9.1.15. A inadimplência da CONTRATADA, com referencia aos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

9.2. Será de responsabilidade da contratada a correta conservação dos equipamentos, maquinas e instalações abrangidas pelo escopo desta especificação, bem como ressarcir eventuais danos, extravios ou depreciações decorrentes da imperícia ou do não cumprimento as exigências relacionadas a execução dos serviços.

9.3. A CONTRATADA só poderá utilizar no desempenho de suas atividades, profissionais experientes e de boa qualificação técnica, que estejam aptos a executar as tarefas especificadas. Neste sentido, a CONTRATADA e obrigada a remunerar os profissionais e a assumir todos os custos diretos, indiretos, encargos sociais, trabalhistas, etc.

9.4. Se por qualquer motivo o profissional designado pela CONTRATADA não puder desempenhar adequadamente sua função, a CONTRATADA se obriga a substituí-lo prontamente por outro profissional qualificado dentro do prazo máximo de 48 (horas).

9.5. A CONTRATADA se obriga a cumprir os horários de trabalho e os prazos de execução dos serviços estipulados pela FISCALIZACAO dentro do que estabelece as boas praticas de engenharia. O não cumprimento permitira a ZPE CEARA aplicar as penalidades contratuais previstas.

9.6. A CONTRATADA assumira de imediato todas as consequências decorrentes ao não cumprimento destes prazos, inclusive no que diz respeito a lucros cessantes da operação

portuária, prejuízos com mercadorias refrigeradas, custos e causas securitárias, exceto quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo do atendimento dos prazos.

9.7. A CONTRATADA assume qualquer risco de acidentes, assumindo de imediato todas as despesas com médicos, hospitais, taxas e outras despesas não citadas aqui, ficando a ZPE CEARÁ livre de qualquer responsabilidade e ônus.

9.8. Responsabilizar-se pela reconstituição de todos os serviços decorrentes da execução da adequação e manutenção, tais como: demolição e recomposição de paredes, piso, alvenaria, retoques e execução de pintura, limpeza, etc., com vistas a manter as instalações, local de execução e meio ambiente em seu aspecto original.

9.9. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho prevista na legislação pertinente.

9.10. Dar ciência a CIPP S/A – ZPE CEARÁ imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

9.11. Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos e utensílios da ZPE CEARÁ, eventualmente colocados a disposição para execução dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo as despesas com manutenção corretiva, decorrente da utilização dos mesmos.

9.12. A CONTRATADA devesse providenciar a retirada imediata de qualquer empregado seu, cuja permanência no local dos serviços seja considerada indesejável pela fiscalização, substituindo-o por profissional qualificado para os serviços, objeto desta especificação, sem ônus para a ZPE CEARÁ.

9.13. É obrigação da CONTRATADA garantir que os serviços sejam realizados com a eficiência e segurança necessárias, de acordo com o estabelecido e em consonância com a legislação vigente.

9.14. É responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de toda documentação, licenças, registros necessários e/ou mencionados neste Projeto Básico/Edital para a execução dos serviços.

9.15. A CONTRATADA devesse realizar e fornecer a ZPE CEARÁ todos os relatórios gerenciais, planos de trabalho, testes, ensaios de controle tecnológico dos materiais utilizados na obra.

9.16. Caberá a CONTRATADA fornecer aos seus funcionários a devida identidade funcional que devesse ser portada em local visível e os EPIs necessários, sem os quais não será permitido o acesso aos locais de trabalho.

9.17. Garantir a permanência, no local dos serviços de um efetivo de profissionais e de equipamentos que sejam capazes de atender a demanda dos serviços, objeto deste contrato, de forma a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos e sistemas.

9.18. A CONTRATADA só poderá utilizar no desempenho de suas atividades profissionais bem treinados e aptos para executar as tarefas especificadas. Neste sentido, a CONTRATADA é obrigada a manter treinado cada profissional, objetivando atender diversas especialidades dos serviços e a sua correta execução.

9.19. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.19.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

9.19.2. Prestar os serviços de acordo com o **ANEXO A – PROJETO BÁSICO e ANEXO B – PLANILHA DE ORÇAMENTOS** partes integrantes do Edital da LICITACAO Nº 20190001/ZPE CEARÁ, independente de transcrição.

9.19.3. Atender as normas nacionais e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado.



- 9.19.4. Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho.
- 9.19.5. Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Industrial da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento.
- 9.19.6. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a ZPE CEARA, sob pena de retardar o processo de pagamento.
- 9.19.7. Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a ZPE CEARA, sob pena de retardar o processo de pagamento.
- 9.19.8. Fornecer toda e qualquer documentação produzida durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. A CONTRATANTE deverá satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas e as condições do Anexo I – Projeto Básico:
- 10.2. Solicitar a execução do objeto a CONTRATADA através de autorização de serviços, ou outro instrumento hábil.
- 10.3. Proporcionar a CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo Contratual.
- 10.4. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atendera ou justificara de imediato.
- 10.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 10.6. Fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, bem como o gerenciamento do contrato de prestação de serviços.
- 10.7. Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo e no contrato a ser firmado.
- 10.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 10.9. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- 10.10. A ZPE CEARA fornecera, sempre que solicitada, informações que se façam necessárias para as obras na área da Companhia Administradora da Zona de Processamento e exportação do Ceará – ZPE CEARA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 11.1. O recebimento dos serviços será feito por equipe ou Comissão técnica, constituída pela Coligação **CIPP S/A - ZPE CEARÁ**, para este fim.
- 11.2. O objeto do Contrato será recebido:
- a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.





b) **Definitivamente**, pela equipe ou Comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 76, da Lei no 13.303/2016.

11.3. O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação da baixa da obra no CREA e no INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A CONTRATADA poderá subcontratar parte dos serviços, objeto do Contrato, quando previamente autorizado por escrito pela **CIPP S/A – ZPE CEARÁ** e, desde que, atendidas as exigências de habilitação e qualificação, previstas por ocasião da contratação, exigências estas limitadas aos serviços a serem subcontratados, mantendo, contudo, integralmente, as responsabilidades assumidas perante a **ZPE CEARÁ**, até o limite de 30% (trinta por cento).

12.1.1. Antes da subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar para análise da **CIPP S/A – ZPE CEARÁ** os documentos de habilitação e qualificação, relativo ao subcontratado, e a cópia da minuta do Contrato com o Subcontratado.

12.1.2. Incumbe a CONTRATADA dar pleno conhecimento do Contrato e seus Anexos ao subcontratado, eximindo a **ZPE CEARÁ** de quaisquer reclamações futuras por parte da CONTRATADA e/ou subcontratado.

12.1.3. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

a) do processo licitatório do qual se originou a contratação.

b) direta ou indiretamente, da elaboração de Projeto Básico ou Executivo.

12.1.4. As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu próprio corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA, nos termos do art. 83 da Lei no 13.303/2016, as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência:

13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

13.1.2.1. Multa moratória:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) No caso de atraso culposo do CONTRATADO, incidência de multa de mora entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente deste contrato, conforme avaliação da CONTRATANTE, limitado a 05% (cinco por cento) do valor deste contrato.

13.1.2.2. Multa compensatória:

a) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente deste contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CONTRATANTE.

b) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste contrato, conforme avaliação da CONTRATANTE.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.



13.2. As multas a que porventura a CONTRATADA der causa serão descontadas da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CONTRATANTE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado a liquidação do débito.

13.3. A sanção prevista no subitem 13.1.3 acima poderá ser aplicada com a sanção de multa.

13.4. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolhera a multa por meio de depósito bancário em nome da CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MATRIZ DE RISCOS

14.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no **ANEXO K – MATRIZ DE RISCOS** deste Contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a ZPE CEARÁ sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada.

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver.

c) As medidas que ira tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem.

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento.

e) Outras informações relevantes.

14.1.1. Após a notificação, a ZPE CEARÁ decidira quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a ZPE CEARÁ poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

14.1.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Clausula Décima Terceira.

14.1.3. O reconhecimento pela ZPE CEARÁ dos eventos descritos no **ANEXO K – MATRIZ DE RISCOS** do Edital, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

14.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em ate 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

14.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

14.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito ou força maior.

14.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por seguro, se houver.

14.2.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou e excessivamente onerosa.

14.2.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito ou força maior.

14.3. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porem de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Anexo k – Matriz de

Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes nas hipóteses abaixo, será causa para sua rescisão, conforme disposto na lei 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ZPE CEARA.

15.1.1. Alteração da pessoa do CONTRATADO, mediante:

- a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda as condições de habilitação e sem previa autorização da CONTRATANTE;
- b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do CONTRATADO com outrem, não admitidas pela CONTRATANTE e que causem prejuízo a execução do objeto.

15.1.2. o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

15.1.3. a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

15.1.4. a decretação de falência ou a insolvência civil do CONTRATADO;

15.1.5. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do CONTRATADO, desde que prejudique a execução do contrato;

15.1.6. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

15.1.7. a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

15.2. Os casos de rescisão contratual por ato unilateral da CONTRATANTE devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado ao CONTRATADO direito ao contraditório e ampla defesa.

15.2.1. A rescisão de que trata este subitem, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ZPE CEARA.

I- assunção imediata do objeto contratado pela CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar;

II- retenção da execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos a CONTRATADA, para ressarcimento dos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CONTRATANTE;

15.3. Quando a rescisão do contrato ocorrer sem que haja culpa do CONTRATADO, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e ainda terá direito a:

I – devolução da garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III – pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.
- e) "prática obstrutiva": (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula; (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

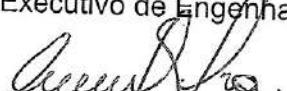
17.1. As partes elegem o foro da comarca de São Gonçalo do Amarante – CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

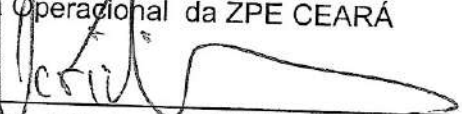
E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

São Gonçalo do Amarante – CE, 03 de junho de 2020.

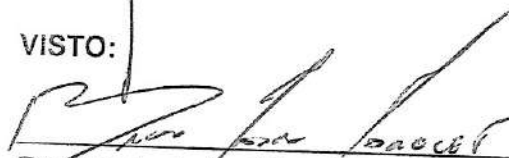
PELA CONTRATANTE:


Fábio Abreu Freitas de Souza
Diretor Executivo de Engenharia da CIPP S/A


Andréa Freitas Silva e Maia
Diretora Operacional da ZPE CEARÁ


Mário Lima Júnior
Diretor Presidente da ZPE CEARÁ

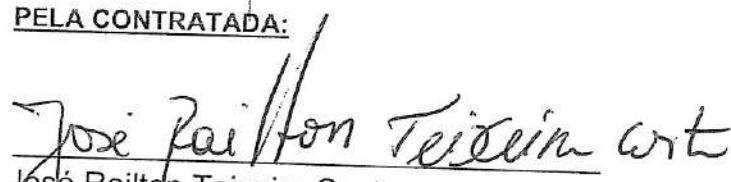
VISTO:


Bruno Gaspar Marques
Procurador Jurídico
ZPE CEARÁ

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

PELA CONTRATADA:


José Railton Teixeira Costa
Representante Legal – Athos Construções Ltda.

Nome: _____
CPF: _____

